

A Revolução Chinesa

Everaldo de Oliveira Andrade

A revolução de 1949 transformou profundamente a história da nação chinesa e teve um alcance e impacto mundial. Para a compreensão desse acontecimento analisamos inicialmente as grandes contradições e modificações que a sociedade e economia do país sofreram sob impacto do capitalismo europeu no século XIX, a ascensão de movimentos nacionalistas e socialistas nas primeiras décadas do século XX e a crise provocada pela Segunda Guerra e a invasão japonesa. A vitória da revolução representará não apenas uma reafirmação nacional, mas impulsionará profundas transformações na economia, sociedade e cultura do país. Esse impulso revolucionário alimentado pela esperança de milhões de chineses, mesmo se permeado por contradições, desafios e obstáculos, permitiu a China saltar a um novo patamar em seu desenvolvimento e é o tema da parte final desse capítulo.

A China milenar

A China foi o centro da civilização extremo oriental durante longos séculos, chegando ao século XVI dominando quase toda a Ásia. O oceano Pacífico de certa forma a isolou do resto do mundo. A China não era de modo algum uma civilização atrasada no século XIX, momento em que as potências europeias tomam contato mais direto com o país. A sua civilização criara um extraordinário equilíbrio entre o meio natural e seus habitantes, o que permite explicar que tenha atingido em 1850 a cifra de 430 milhões de habitantes. O avançado desenvolvimento da agricultura com a produção de arroz tornara possível essa grande expansão demográfica. Tanto na ciência como na arte a China era também precursora de muitos inventos como a pólvora e a imprensa, a bússola e instrumentos de irrigação, ou a fundição de ferro, usada desde o século VI antes de Cristo. E mesmo na filosofia os chineses já possuíam um sistema próprio voltado para as relações humanas – o confucionismo – ordenado por Confúcio (551-479 AC) e que pregava o respeito às hierarquias e acabou ajudando a manter a estagnação do país (Coggiola, 1995).

O que explica, porém, a diferença de evolução com os estados europeus industrializados do século XIX? As necessidades de grandes obras para assegurar a defesa e a agricultura impuseram a centralização do Estado e a prevalência da propriedade coletiva sobre a privada na produção agrícola. Concentrada na produção de alimentos para sua enorme população, a sociedade chinesa não viu avançar a separação entre a agricultura e a indústria como ocorrera na Europa e que levava à revolução industrial. Assim, o estado chinês foi levado a exercer o poder sobre vastos territórios, realizar grandes obras e utilizar para isso uma ampla burocracia de funcionários. Entre esses, os mandarins eram delegados do imperador e muitas vezes usavam seu poder para oprimir os camponeses. As revoltas camponesas eram, por isso, o componente dominante das lutas de classes da China imperial. Estas revoltas, isoladas, nunca chegaram a afetar o poder central, embora tenham alimentado as tradições de sociedades secretas e de ajuda mútua como veremos a frente (Coggiola,

1985: 11-12).

A expansão do capitalismo desde a Europa colocará todo este edifício em colapso (Segrillo, 2014). Desde 1645 a dinastia Manchu ascendera ao comando da China e levou a expansão territorial do império ao seu limite máximo até o século XVIII, chegando à Mongólia e ao Tibete. Mas a partir da Índia os ingleses forçaram a entrada no vastíssimo mercado chinês, não sem resistências e revoltas. Uma das mais emblemáticas, a maior revolta do século XIX, foi a rebelião dos Taiping (1850-1864), que chegou a controlar uma grande região da China durante dez anos. O seu líder Hung Xiu-chuan era um convertido ao cristianismo que se acreditava irmão mais novo de Cristo! Na verdade, a reivindicação que movia os camponeses era muito mais terrena: queriam retomar o direito à propriedade coletiva da terra. Eles foram esmagados pela dinastia Manchu, mas já se revelava que a introdução da China no mercado mundial controlado pelos ingleses desestabilizava cada vez mais as antigas estruturas. As rebeliões apenas sinalizavam uma nova era de mudanças.

Nesse período cresciam as pressões econômicas e políticas vindas de fora, da Europa, para abrir as relações comerciais do país. Os chineses consideraram por longo tempo os europeus povos bárbaros e restringiam seu comércio no país. Portugal obtivera desde o século XVI o pequeno porto de Macau, mas se submetera às regras locais. Com os ingleses, acompanhados do impulso saqueador do capitalismo por mercados, o século XIX foi bem diferente. Esses usaram sua base colonial na Índia para criar o mercado de ópio na China via contrabando e depois impuseram o livre-comércio pela guerra. A Inglaterra criara o consumo de drogas para depois controlar o narcotráfico. Isso foi feito através das guerras do ópio (1840-1860); seguiram-se na China assassinatos e saques brutais, imposição de tratados humilhantes e grandes concessões territoriais, inicialmente à Inglaterra e depois às outras potências industriais, inclusive ao Japão. A nação chinesa foi partilhada tornando-se uma semicolônia. Como uma das consequências, se formou uma nova classe comercial (uma burguesia compradora) subordinada aos interesses estrangeiros. No campo o enfraquecimento do estado chinês facilitou a concentração de terras e o fortalecimento de uma classe de grandes proprietários. Um dos traços relevantes da nova situação imposta pelo livre mercado foi ainda a crescente desestruturação da capacidade do estado chinês para fazer frente às calamidades climáticas e as fomes que assolavam o país (Davis, 2002: 77-91 e 351-387).

A decadente dinastia manchu, incapaz de deter o avanço das potências imperialistas, era, no entanto, ainda capaz de reprimir os nascentes movimentos de resistência nacionalista e que se identificavam cada vez mais com a luta pela democracia contra a opressão do império. Em 1895 o Japão derrotou o país em guerra e impôs um tratado humilhante. Uma ainda limitada tentativa de mudança ocorreu com o movimento reformador e pacífico de 1898 conhecido como “Os cem dias de Pequim” e que pretendia modernizar ou mesmo substituir a dinastia manchu. Foi uma marca determinante para o início da China moderna. O próprio imperador Kouang-siu percebe a necessidade de reformas no velho edifício manchu e começa um programa de reorganização do exército, da educação pública, da agricultura, minas, ferrovias e imprensa. O Japão

passava por um processo de modernização capitalista de cima para baixo cada vez mais exitoso. Porém, o clã manchu, temendo perder seus privilégios, organizou um golpe palaciano preventivo em setembro de 1898, e o imperador foi obrigado a abdicar e seus ver seus decretos modernizadores cassados. Os reformadores foram derrotados em grande parte porque previam uma reforma por cima, ignoravam o poder da burocracia e não cogitaram em nenhum momento em mobilizar para as reformas as amplas massas camponesas, uma força social imensa, mas também quase imprevisível.

Nacionalismo e socialismo

O edifício imperial saiu abalado e o reformismo ganhou densidade popular quando se voltou contra as potências estrangeiras aliadas e beneficiárias da venha monarquia. Foi a revolta dos boxeres que marcou a continuidade da resistência, tendo como origem a oposição às taxações da concessão alemã em Shantung. Os boxeres (sociedade dos K'iuian) eram uma sociedade secreta e iniciaram uma insurreição nacionalista em 1899. Sua principal palavra de ordem era “Aceitar a dinastia e exterminar os estrangeiros”. O ministro alemão foi assassinado e as representações estrangeiras e missões católicas atacadas. As potências ocidentais se aliaram para exterminar a revolta sob o comando do marechal alemão Von Waldersee e cerca de 20 mil soldados. As tropas ocidentais entraram em Pequim em 14 de agosto de 1900 e impuseram novas concessões ao governo chinês, sendo este obrigado a pagar uma indenização de 450 milhões de taels (Dubarbier, 1949: 6). Embora derrotada, a revolta plantou poderosas sementes de resistência.

O nacionalismo ganhou envergadura com a figura do Dr. Sun Yat-sen. Ele, junto com outros intelectuais nacionalistas e democratas criou a Sociedade Tung Men Hui em 1905, proclamando lutar por três princípios: Nacionalismo, democracia e bem-estar social (Coggiola, 1995: 18-19). Nesse período a guerra russo japonesa (1904-1905) disputava a partilha da região chinesa da Manchúria. Nesse mesmo tempo há uma crescente aproximação das camadas populares com as propostas de defesa da democracia e do nacionalismo. O marxismo também ganhava influência política nos meios intelectuais e populares como instrumento para ajudar na libertação do país. A velha monarquia ainda tenta reformas superficiais e em 27 de agosto de 1908 anuncia-se a organização de uma Assembleia Nacional. Meses depois, em novembro, o imperador Kouang-siu e a imperatriz Ts'eu-hi morrem misteriosamente. Uma criança de três anos é proclamada imperador com o nome de Siuan-t'ong e a regência passa a ser exercida por seu pai, o príncipe Tch'ouen. De fato, tratava-se de mais um golpe palaciano contra as tímidas reformas. Mas seu efeito foi contrário ao esperado. Por pressão de delegações provinciais uma Assembleia consultiva nacional se reúne em Pequim desde 3 de outubro de 1910, inicialmente limitada a estudar o orçamento e reformas administrativas. Porém, os delegados provinciais pedem reformas constitucionais. O príncipe regente reage e ordena o fechamento da Assembleia e ameaça punir como rebeldes seus membros (Dubarbier, 1949:13), o que só faz empurrar o movimento inicialmente reformista para posições revolucionárias contra o império.

O principal líder da oposição republicana, Sun Yat-sen, nesse momento já havia fundado o partido

nacionalista e republicano Kuomitang. Em 1911 os protestos tomam conta do país e o partido de Sun Yat-sen toma a frente das mobilizações principalmente no sul e cidades como Cantão, Nanquim e Xangai, que caem em suas mãos. A corte imperial percebendo o perigo nomeia Yuan Che-k'ai em 14 de outubro com plenos poderes para reprimir as revoltas. No entanto, Yuan atua como árbitro e negocia com os revolucionários, entra em Pequim em 16 de novembro e forma um ministério com membros reformistas. Ao mesmo tempo no sul, em Xangai, se forma um governo republicano a partir da adesão de 14 das 18 províncias chinesas em torno da autoridade de Sun Yat-sen. Em 29 de dezembro uma assembleia nacional o elege presidente. Há dois governos no país. O império está desabando.

Em 12 de fevereiro de 1912 o príncipe regente abdica e transmite o poder ao seu ministro Yuan Che-k'ai com a missão de organizar um governo republicano provisório. Três dias depois a assembleia de Nanquim vota pela união do norte e do sul e Sun Yat-sen reconhece Yuan como presidente, aceitando perigosamente a transição pactuada do regime. Esperava com isso garantir a unidade nacional e a república sem alterar os interesses dos grandes proprietários. Mas longe de resolver os problemas, a reforma superficial direcionará as tensões econômicas e políticas do país para o terreno da luta aberta. O desmembramento do país, sob pressão das potências estrangeiras e de senhores locais, avançará a passos largos.

Eleições são organizadas para o final de 1912. A lei eleitoral promulgada previa a eleição de um senado e uma câmara de deputados com a incumbência de aprovar uma constituição definitiva e eleger o chefe de estado. O único partido bem organizado no país, o Kuomitang, consegue eleger a maioria dos membros em ambas as câmaras. Essa maioria é inaceitável para o presidente Yuan Che-k'ai, que passa a perseguir seus militantes e tentar corromper a maioria parlamentar. Em dezembro de 1912 ele dissolve o parlamento e denuncia os membros do Kuomitang como suspeitos, prendendo as suas lideranças. A transição pactuada fracassara. Em 1º de maio de 1914 é promulgada uma constituição provisória e em 10 de outubro de 1915 um plebiscito sob controle do governo aprova o retorno à monarquia. Uma “Câmara Consultiva” oferece o trono a Yuan Che-k'ai.

A restauração monarquista reacendeu a revolta, mesmo com o recuo do governo anulando as medidas de retorno da monarquia (22 de março de 1916). Em maio de 1916 Cantão proclama a República e Sun Yat-sen assume o governo (Dubarbier, 1949: 23-27). Em Pequim um governo nominal sob a presidência Li Yuan-hong não consegue impedir que várias províncias proclamassem sua autonomia. A China unificada está se desagregando. É o início de um longo período de revoltas e separatismos regionais que se prolongará até o ano de 1928. Essa difícil situação interna de desmembramento do país trouxe perigosas consequências e ocorria em plena Primeira Guerra. O que se reflete imediatamente na China após o fim da guerra é uma nova partilha do seu território pelas potências externas. O Japão, por exemplo, assume as antigas possessões alemãs em solo chinês.

A revolução de 1927

Nesse momento, avançava a vitoriosa revolução russa de outubro de 1917 e colocava no poder os bolcheviques e o primeiro governo operário da História. Movimentos e partidos operários em todo o mundo são afetados e na China não seria diferente. Em 4 de maio de 1919 ocorrem grandes mobilizações da classe operária chinesa, prenúncio de uma nova configuração social e política que transformará o país futuramente. Esses movimentos marcam o ano de renascimento do nacionalismo chinês e será um importante marco na história futura da nação chinesa. Um ainda pequeno partido comunista chinês é fundado em julho de 1921 com apenas 57 militantes e voltado para organizar o jovem e reduzido operariado chinês. Ao lado disso, em 1923, um acordo da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) com Sun Yat-sen do partido Kuomintang lhe fornece armas, munições e recursos recusados pelas potências europeias e o Japão para sua luta interna. São enviados conselheiros civis e militares soviéticos para Cantão. Em contrapartida, Sun permite aos militantes comunistas ingressarem no partido nacionalista, mas se submetendo a ele. A direção soviética sob Stálin afirmava erradamente que a China não estava madura para o socialismo, mas apenas para a independência nacional. De fato, era a renúncia a uma luta independente para o operariado chinês pelo socialismo: tudo ao contrário do que haviam feito os próprios comunistas russos em sua luta pelo poder. Essa situação se contrapunha à própria dinâmica da luta de classes em países como a China e que empurrava as organizações operárias a lutarem de forma independente da burguesia – e junto com as majorias camponesas - pela democracia e independência nacional.

Na Internacional Comunista¹ Leon Trotsky, um dos principais líderes da revolução russa, se opõe a tática de colaboração de classes empreendida por Stálin na China e escreve: *“Não existe na China uma casta de senhores feudais que se opõe à burguesia. O tipo de explorador mais odiado, no campo é o agiota, agente do capitalismo financeiro urbano. Por conseguinte, a revolução agrária tem tanto um caráter antifeudal como antiburguês (Trotsky, 1993: 221)”*. Ele propunha uma política independente para o partido comunista chinês e fora do Kuomintang, capaz de assumir também a defesa da democracia e a aliança com os camponeses: *“a chave do problema é que a conquista do movimento camponês incumbe já inteiramente ao proletariado, diretamente ao partido comunista; para abordar a verdadeira solução dos problemas burgueses democráticos da revolução seria necessário que todo o poder estivesse em mão do proletariado.”* (Trotsky, 1993: 220) Mas a linha seguida será outra e terá consequências trágicas para os militantes comunistas chineses.

Em 1925 reúne-se o Congresso Nacional do Trabalho representando mais de 540 mil pessoas e o comunista Liu Shao-chi é eleito vice-presidente. Peng-Pai, outro dirigente comunista, agrupa em Kuang-tung 180 mil camponeses. O partido comunista cresce rapidamente para 20 mil membros, no entanto, estava submetido e limitado como seção interna de outro partido, o Kuomintang (Coggiola, 1985: 23). O movimento camponês embora ainda marcado por práticas primitivas de luta como as sociedades secretas, banditismos e regionalismos – em grande parte produto da crise econômica e degradação da autoridade pública – é pouco a

¹ Organização mundial que reunia partidos comunistas de todo o mundo, também conhecida como 3ª Internacional.

pouco influenciado e progressivamente se une às forças revolucionárias modernas: na revolução de 1924-1927, num segundo momento quando o partido comunista se desloca para o campo entre 1927-1935 e, por fim, as bases camponesas das guerrilhas contra os invasores japoneses e o Kuomitang (Chesneaux, 1976: 94-100).

Com a morte de Sun Yat-sen em 12 de março de 1925, Chiang Kai-shek assume a direção do Kuomitang. A revolução nacionalista prossegue e o Kuomitang, entre julho e dezembro de 1926, liberta todo o sul da China dos senhores da guerra, tomando Xangai apoiado em sublevações do movimento operário e camponês que se organizavam cada vez mais em sindicatos e milícias próprias. Os sindicatos camponeses crescem rapidamente acompanhando o avanço das tropas e lutando contra os grandes proprietários rurais e as autoridades locais. No entanto, os acordos entre o PC e o Kuomitang limitavam o programa camponês em suas lutas. Trotsky chegou a propor que os comunistas defendessem “terra para os camponeses”, mas esta proposta é derrotada. A tática de manter aliança com os nacionalistas moderados do Kuomitang limitou as possibilidades da aliança revolucionária dos operários e camponeses. Para manter os aliados as reivindicações camponesas deveriam se conter na luta por limitar a renda fundiária e os juros; e no plano político a reivindicar apenas liberdade de organização, direito de voto, mas não a colocar a questão da luta pelo poder político (Chesneaux, 1976: 106-107). Para Stálin, que desde a URSS orienta os militantes comunistas chineses, essas propostas visavam impedir uma ruptura com os “aliados” do Kuomitang.

Mas Chiang Kai-shek não tolerará a crescente força das organizações camponesas e operárias que, em última análise, e apesar dos esforços de Stálin, ameaçavam o poder dos grandes proprietários. Em 12 de abril de 1927 desarma as milícias operárias, prende e massacra mais de 5 mil trabalhadores no que fica conhecido como “o massacre de Xangai”. Em 22 de maio ele ataca Nanquim e em poucos meses faz desaparecer a presença comunista. O casamento de Stálin com Chiang Kai-shek deixava um rastro de sangue no operariado chinês.

Em julho de 1928 o Kuomitang entra em Pequim, mas agora já é outro partido, sem sua máscara reformista. Ele ajudará a esmagar as rebeliões sociais camponesas e operárias que originalmente o apoiavam. Por isso, passa a contar com apoio dos antigos senhores da guerra e grandes proprietários. Dessa forma, de “partido da democracia e da esperança “nacional” que era em 1912, foi se transformando em partido da reação política e dos possuidores.” (Coggiola, 1985: 26). Os comunistas tentam novas insurreições em julho de 1930 sob orientação da chamada “tática do terceiro período” da IC, e sofrem novos massacres a ponto de perder a maioria da militância operária e toda a influência que possuíam nas cidades². Eles são obrigados a empreender uma retirada para o campo para sobreviver. A desastrosa política de coligação com a burguesia custara aos comunistas o lugar de direção para o movimento operário por um longo período. Agora a revolução dependerá por circunstâncias especiais como as lutas camponesas - e não por uma tática particular – para se reerguer.

² Era a chamada política do 3º período empreendida pela Internacional sob direção de Stálin e que considerava que o capitalismo estava a beira do precipício, portanto, chegara a hora da imediata tomada do poder. Foi uma aventura política que custou caro a milhares de militantes comunistas pelo mundo.

A segunda guerra e a revolução de 1949

A vitória de Chiang Kai-shek e do Kuomintang, longe de garantir a consolidação da democracia e da nação, mergulha o país em uma nova onda de insurreições e ataques externos. A crise mundial do capitalismo desde 1929 alastra um efeito desagregador e todos os países. O fundador do Kuomintang, Sun Yat-sen havia formulado uma estratégia de governo baseado na ideia de que o povo – iletrado e ignorante segundo ele - não seria capaz de se governar, sendo necessário um período de transição para a democracia composto de três etapas: a militar, a de tutela política e a constitucional. Assim, seria possível atingir os “san min tchou yi” (os três princípios do povo): o nacionalismo, a democracia e a organização social e econômica (Dubarbier, 1949: 37-38). Na verdade, essa “estratégia” expressava a recusa da burguesia chinesa de construir a soberania nacional baseada na democracia para a maioria do seu povo. A forma como o Kuomintang chegara ao poder, esmagando camponeses e comunistas, era uma comprovação. Uma constituição provisória foi proclamada em 1º de junho de 1931 e uma nova constituição em 1º de maio de 1936. No entanto, sob essa sombra de legalidade o país seguiu dividido, com senhores locais proclamando 'governos independentes' e os movimentos de trabalhadores do campo e da cidade sofrendo perseguições contínuas. Essa fragilidade chamou a atenção do Japão imperialista, que em setembro de 1931 invade a região norte, a Manchúria, e instaura um estado-satélite do Japão, o Mandchoukouo. As cinco províncias mais industrializadas do país com 65 milhões de habitantes estavam sob agora sob seu domínio. O último imperador da China, Pou-yi, da dinastia manchú, destronado pela revolução de 1911, foi colocado pelos japoneses no trono, enquanto eles investem e colonizam a região em todos os domínios.

O partido comunista, por outro lado, dá prosseguimento à instalação de suas “bases vermelhas” no campo, não como uma suposta “via chinesa ao socialismo”, mas por questões de sobrevivência após os massacres operários nas cidades. A nova estratégia vai sendo elaborada em função das necessidades concretas da luta. Entre 1928 e 1930 formam-se bases na China central como Hailufeng a leste de Cantão. Nesse período o PC ainda prevê uma estratégia combinada entre insurreições urbanas e guerrilhas rurais. Em 7 de novembro de 1931 proclama-se uma república soviética na região vermelha de Jiangxi com Mao Tsé-tung como presidente e uma constituição que se afirmava com base nos conselhos operários. Finalmente, se previa o confisco das terras dos grandes proprietários para os camponeses pobres. Essa reivindicação permitirá a junção do movimento comunista com as lutas camponesas (Chesneaux, 1976:115-121).

Chiang Kai-shek retoma os ataques contra os comunistas com reforços recebidos das potências ocidentais e deixa campo livre para os invasores japoneses prosseguirem e se apossarem de grande parte do país. Desde o princípio de seu governo, Chiang Kai-shek colocou como uma de suas prioridades o combate ao comunismo e se acomodou em relação aos invasores, chegando a proibir críticas à política japonesa na imprensa chinesa (Pedrosa, 1966: 80-81). Em 1933 o Kuomintang assina um acordo com o Japão, denunciado pelos comunistas. Esses haviam proposto uma frente comum contra os japoneses. Mas o Kuomintang

responde em 1934 com uma quinta ofensiva, organizada com um exército de mais de meio milhão de soldados e 500 aviões para esmagar os comunistas da região de Kiangsi. Frente a isso o PC, cercado e sob risco de aniquilação, decidem-se pelo recuo e empreendem então a Longa Marcha de retirada para o interior não serem exterminados. Percorrendo 10 mil quilômetros até o noroeste do país, entre outubro de 1934 e outubro-novembro de 1935, chegam à província de Yanan. Desde então, e até 1949, será o quartel-general da revolução. Nesse período, Mao Tsé-tung torna-se o secretário-geral do partido e vence a até então tendência majoritária contrária a priorizar taticamente a luta camponesa (Chesneaux, 1976: 126). Por outro lado, o movimento camponês vai superando suas primitivas tradições de luta (banditismo, individualismo e sociedades secretas) e absorvendo o marxismo como moderna ideologia revolucionária em contato com o movimento operário.

Os avanços cada vez mais ousados do Japão motivaram novas propostas de unidade do PC ao Kuomitang, sempre rejeitadas. Em julho de 1937 o exército japonês invade o conjunto da China, e depois de tomar as grandes cidades do norte, impôs um governo chinês fantoche, sob controle japonês, na cidade de Nanquim. O Kuomitang tem que mudar de posição. Em setembro de 1937 conforma-se finalmente uma frente militar do PC e dos nacionalistas. Como condição os comunistas exigiram democracia, fim dos ataques das tropas de Chiang Kai-shek e armamento do povo. O PC preservava agora sua independência política incorporando a experiência passada em que quase desaparecera quando se submetera ao Kuomitang. O Exército Vermelho passa a se chamar 4º e 8º exércitos da China sob direção comunista. Essas forças se organizam em três níveis: exército regular, milícias e guerrilhas locais de autodefesa. Isso lhes garante grande mobilidade, ótimo sistema de informação e grande apoio da massa camponesa para enfrentar um adversário muito melhor equipado (Chesneaux, 1976: 132). Stálin por outro lado, assina em 1941 um pacto de não agressão da União Soviética com o Japão e ignora os apelos por mais apoio vindos dos comunistas chineses. Pelo contrário, fornece diretamente, e sem condições, créditos de 10 milhões de rublos ao Kuomitang para lutar contra o Japão (Dubarbier, 1949: 109). A distância entre Stálin e os chineses comunistas crescia, com reflexos futuros. Durante a guerra aos japoneses, as tropas de Chiang receberam farto apoio dos Aliados, mas se perdiam na corrupção e desmoralização. Em contrapartida, em 1944 os Exércitos pelo PC se fortalecem e organizam mais de 950 mil soldados e controlam 19 áreas libertadas. Suas milícias populares agrupam outros 2.200.000 milhões de homens armados.

O PC foi obrigado a combinar a guerra contra os invasores japoneses com medidas revolucionárias em favor dos camponeses, que passam a apoiá-los em massa. As circunstâncias da luta pela defesa nacional colocam o partido comunista frente a novas responsabilidades além do que se previa e a ir mais longe na via de ruptura com a ordem capitalista. A posição original da maioria do PC não era de realizar a guerra revolucionária contra o capitalismo. Achavam essa uma proposta imatura e sem possibilidade de sucesso na China. É importante destacar que ao lado disso o PC, partido que absorveu muitos dos traços autoritários do stalinismo, perseguia toda dissidência interna. Uma delas eram os trotskistas chineses, que defendiam a combinação da luta revolucionária pelo socialismo com a guerra contra o invasor e se chocam com as

posições da maioria do partido³. A posição da minoria trotskista no partido se chocava com os acordos da maioria do PC com o Kuomitang, que previa uma moderação na luta pela reforma agrária e recuo da proposta de expropriação das grandes propriedades (Chesneaux, 1976: 135). Mao defendia desde 1940 uma posição de colaboração de classes chamada por ele de “Nova Democracia”, na verdade uma proposta de aliança que adiaria uma possível revolução socialista, seria a aliança das 'quatro classes revolucionárias', ou seja, o proletariado, o campesinato pobre e médio, a pequena burguesia e os capitalistas nacionais, associadas para abater o imperialismo japonês e o feudalismo. Nas zonas libertadas os comunistas deveriam, segundo Mao, dividir o poder com partidos de centro, o Kuomitang e mesmo grandes proprietários aliados à luta contra o Japão (Chesneaux, 1976: 133-134).

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial com a derrota do Japão não terminou a luta, pois as tropas de Chiang Kai-shek começam a receber agora reforço dos EUA para esmagar de vez os antigos parceiros comunistas. Mas não seria uma tarefa fácil. Uma onda revolucionária varria o mundo após a Guerra mundial. Stálin negociou um pacto de convivência com Inglaterra e EUA. Isso permite compreender porque bloqueara as revoluções comunistas na Grécia e Itália e porque a URSS entregará a Manchúria às tropas de Chiang e não ao Exército Vermelho, além de propor ao PC que forme um governo de unidade nacional com Chiang Kai-shek e dissolva seus exércitos. Mas Stálin não consegue na China impor o recuo total dos comunistas. A revolução socialista avançara junto com a guerra com uma força avassaladora.

Os dois principais chefes políticos chineses nessa época se encontram em outubro de 1945 na cidade de Guomindang. Mao recusou-se a desarmar suas tropas como condição prévia para formar um governo comum, embora houvesse aceitado fundi-las às de Chiang futuramente. As forças comunistas controlavam 19 zonas libertadas, agrupando mais de 950 mil soldados e 2 milhões e 200 mil milicianos, além de outros 10 milhões de homens em unidades de autodefesa nas vilas camponesas. O Kuomitang toma a decisão primeiro e inicia em julho de 1946 uma ofensiva com apoio dos EUA contra os Exércitos de Mao, que passam a se chamar Exército Popular de Libertação (EPL).

O Exército de Libertação ganha amplas simpatias da maioria nacional e avança, mesmo sem apoios externos. Seu avanço agora se combina com uma grande ofensiva política dos camponeses pobres contra os proprietários de terras. A ampliação das forças revolucionárias bebia da fonte da crise econômica: inflação e queda salarial, que atrai e permite recrutar milhares de camponeses e trabalhadores. Mao é obrigado a ir além das intenções iniciais da sua estratégia e, empurrado pelas massas camponesas, retoma as propostas de divisão das terras para os camponeses pobres. O Programa Agrário de outubro de 1947 abole todas as dívidas sem compensação, o direito de propriedade é anulado e as grandes propriedades são atribuídas às associações de camponeses pobres para distribuição de terra aos seus membros. Mais de 100 milhões de camponeses recebem terras até 1948.

No final de 1948 o Kuomitang está isolado nas grandes cidades e toda a zona rural lhe escapa. Stálin

³ Uma das vítimas será o chefe militar trotskista Chou Li-ming. Outro dirigente trotskista chinês Chen Chi-chang fora morto pelos japoneses e o fundador do PCC Chen Tu-xiu morreu nas prisões do Kuomitang.

tenta novamente impedir a vitória da revolução socialista ainda em 1948 ao pedir que Mao fizesse as pazes com Chiang Kai-shek, cujas tropas se desmoralizam na corrupção e são cada vez mais identificadas com os interesses dos EUA. Era o mesmo período em que as tropas revolucionárias passavam a ofensiva no norte e na China central. Um incidente revelava o novo estado de espírito da China quando o couraçado britânico *Ametista* tenta – em nome dos velhos tratados colonialistas - subir o rio Yang-Tsé-Kiang já controlado pelos comunistas. A artilharia revolucionária não se intimidou e fez voltar o navio mostrando que a China não era mais uma porta aberta às potências estrangeiras. Greves operárias, agitação de estudantes e camadas médias tomam conta das cidades sob domínio ainda do Kuomintang. Em janeiro de 1949 o EPL entra em Pequim. Chiang foge para a ilha de Formosa com a burguesia chinesa em navios dos EUA.

A República Popular da China é proclamada em 1º de outubro de 1949. Mao propõe um governo com setores burgueses e que preserve a propriedade privada em um longo processo de transição ao socialismo. Mas a revolução havia ido muito além desses limites. Descrevendo o significado da revolução e a dificuldade dos críticos em compreendê-la, o pensador socialista brasileiro Mário Pedrosa escreveu:

“Esquecem que na velha China dos mandarins e imperadores começou, misteriosamente, sem se saber como, um processo de fermentação revolucionária gerado nas suas entranhas. Esquecem que Mao Tsé-Tung e companheiros não tinham nenhum regulamento de guerra revolucionária na cabeça ou no bolso... eles reentravam nas grandes capitais como a reencarnação mesma do reerguimento da nação chinesa humilhada por séculos de dominação estrangeira...”
(Pedrosa, 1966: 82).

Sim, uma nova China estava nascendo.

O novo poder

A transição para o socialismo foi um processo de massas que em grande parte escapou dos ritmos mais moderados previstos pelo PC e o Exército Popular de Libertação. O estado socialista surgido da revolução possuía grandes diferenças daquele saído da revolução russa de outubro de 1917, seu exemplo mais próximo. Não se constituíram soviets (conselhos operários) como na revolução russa de 1917. O partido comunista tomou o poder através do Exército Popular de Libertação. Com isso, embora popular em sua composição e extensão, as organizações de massa como sindicatos, não foram chamados a exercerem o poder diretamente. Isso explica porque foi se formando um estado burocrático, de cima para baixo e intolerante às iniciativas independentes dos trabalhadores⁴. De fato, não existiam organismos de democracia operária direta já maduros (ou mesmo a formação de sindicatos e associações independentes) e todas as tentativas de ação livre pela democracia operária foram caladas pela direção do PC ao longo da história futura.

⁴ As massas camponesas levaram ao poder a burocracia. Ao contrário da URSS, onde a burocracia stalinista teve que esvaziar os soviets e dizimar os líderes revolucionários de 1917, além de esmagar os camponeses durante a coletivização forçada dos anos 1930 para se impor.

Deve-se ter em conta que com a economia baseada na propriedade social constituiu-se uma classe operária de mais de 300 milhões de trabalhadores, certamente o principal resultado da revolução de 1949 até os dias atuais (2014). Embora os camponeses fossem a esmagadora maioria dos combatentes, eles não se mobilizaram como força social com maior coesão senão a partir da iniciativa das forças externas vindas dos operários revolucionários das cidades. Foram as particularidades históricas que descrevemos que levaram os comunistas chineses a se apoiarem nas massas camponesas com seus instrumentos próprios de organização vindas do meio urbano, sua ideologia proletária, partido, exércitos e milícias (Chesneaux, 1976: 157-160). Ao contrário do que se tentou fazer crer após a vitória da revolução, na China ocorrera sim uma revolução operária. O antigo termo “maoísmo” escondia, na verdade, essa característica essencial do movimento operário chinês, ou seja, uma adaptação da luta revolucionária às condições sociais e históricas específicas do país.

Os EUA tentaram desde o princípio isolar a jovem república socialista, tanto econômica como diplomaticamente. Isso foi facilitado, por outro lado, pelo caos econômico reinante no país, devastado por longos anos de guerras e revoluções, saques promovidos pelo exército japonês, depois pela burguesia derrotada, e mesmo pela URSS na Manchúria, a região mais industrializada do país na época. Entre as primeiras medidas do governo revolucionário foram nacionalizadas indústrias-chave. O capital privado ainda assim controlava 48,7% da produção industrial (Coggiola, 1985: 43). No dia 16 de dezembro de 1949 Stálin recebeu Mao Tsé-tung em Moscou. Depois de difíceis negociações, um tratado de tipo colonial entre os dois países foi assinado em 22 de janeiro de 1950. A URSS fez um empréstimo de 300 milhões de rublos e enviou técnicos para formação de 4 empresas mistas, medidas muito aquém de suas possibilidades. Stálin exigiu que o Port Arthur fosse cedido para base militar soviética e a região da Manchúria estabelecida como sua zona de influência (Marie, 2011: 746). Após quase vinte anos de luta militar ininterrupta, a China não se livrara da ação militar.

A guerra da Coreia se desencadeara logo em 1950 e ameaçava as fronteiras da China, obrigando o país a desviar seus recursos para a defesa militar e avançar mais rapidamente na estatização econômica. A política do PC chinês de coexistência inicial com a burguesia não era mais possível sem ameaçar os fundamentos da própria revolução. Novas medidas são tomadas: criação de “tribunais do povo” para julgar grandes proprietários no campo, campanha contra o imperialismo dos EUA, repressão às missões religiosas estrangeiras usadas como fachadas para intervenção no país, campanhas contra o desperdício, a corrupção e a burocratização. Novas leis são promulgadas no terreno sindical, da reforma agrária, do casamento e divórcio e a que anulava a poligamia masculina. A lei sobre a reforma agrária de junho de 1950 confisca terras dos grandes proprietários e as redistribuiu para cerca de 300 milhões de camponeses pobres e médios. Em menos de três anos mais de 50% das terras mudou de mãos e o número de camponeses pobres se reduz de 60% para 30% no total da população.

Em 1952 o dirigente Chou En-lai anuncia o 1º Plano quinquenal seguindo o modelo soviético de planificação e aceleração da economia industrial. A economia socializada avança rapidamente: em 1952

quatro quintos da indústria pesada já estão em mãos do Estado e mais de 75% da reforma agrária realizada. A propriedade social implantada pela revolução socialista passa a ter duas formas: a propriedade do Estado e a propriedade coletiva. Quanto à gestão das empresas, passam a existir três categorias: as grandes empresas geridas diretamente pelo Estado como, por exemplo, uma grande siderúrgica, as pequenas empresas urbanas geridas em nível comunitário como, por exemplo, oficinas de manutenção de eletrodomésticos ou conserto de roupas, e por fim as empresas indústrias em nível de distritos e comunas rurais (Bethelheim, 1979: 59-62).

Em 1955 a coletivização da terra é decidida pelo governo, criam-se um milhão de cooperativas agrupando 96% dos camponeses. Em 1956 o orçamento nacional concentra 25% do produto nacional para as indústrias. Esse ritmo incrivelmente rápido de transformações e desenvolvimento supera as expectativas dos dirigentes, porém provocará graves problemas na medida em que exigia um sacrifício enorme dos trabalhadores. Se a produtividade aumentara quatro vezes entre 1949 e 1959, os salários aumentaram apenas 52% (Bethelheim, 1979: 64-69). É essa nova classe operária que nasce junto com a revolução, a apoia, mas é pouco ouvida, e se alimenta das experiências anteriores (1911, 1927...) que vai questionar em vários momentos o monopólio do poder nas mãos dos dirigentes do partido.

Esta situação geral contraditória ajuda a explicar porque em 1956 explodem greves em Cantão e Xangai após os baixos aumentos salariais. Mao Tsé-tung busca desviar a atenção da situação econômica difícil e faz publicar em maio uma declaração sua: “Que desabrochem cem flores”, chamando a autocrítica sobre os problemas da revolução. O movimento sai do controle oficial e contagia os estudantes, ganhando contornos de luta contra a burocracia e pela mais ampla democracia socialista. Infelizmente em junho de 1957 o PC decide reprimir o movimento, proibindo manifestações e reuniões. Os principais líderes são enviados para “campos de reeducação”. A burocracia do governo e do partido, mesmo se acaba por se fortalecer, expressa a tensão entre a população de trabalhadores revolucionários e o governo. A ausência de órgãos de poder democrático dos operários mais amplos que o partido reduz as possibilidades de diálogo.

Em 1957 decidiu-se desde a cúpula, e buscando superar dificuldades de implantação da economia planificada, pela criação das Comunas Populares no campo, o chamado “grande Salto para Frente”. Terras, equipamentos, gado e moradias são coletivizados. A economia até então concentrada no salto industrial é deslocada para o esforço no campo. A produção aumenta em 65% em um ano, mas o esforço cria mais tensões e conflitos internos. A implantação de comunas levada autoritariamente pela burocracia desestruturará grande parte da produção e provocará a fome de milhões no início dos anos 1960. A dificuldade de manutenção da economia baseada em gigantescas comunas rurais exigiu novas alterações nos rumos da economia. No início dos anos 1960 há uma reformulação e redução do tamanho das comunas para ampliar sua descentralização. E nas empresas busca-se agora um esforço de descentralização da gestão. No terreno da planificação econômica a China tenta se diferenciar da URSS e coloca em prática a noção de “plano unificado da economia”. Este plano em três níveis deveria sempre levar em consideração o desenvolvimento do conjunto da China, os planos provinciais e os planos locais (Bethelheim, 1979: 64-69).

A revolução cultural e a comuna de Xangai

Entre 1960 e 1965 começam a se delinear duas correntes de opinião dentro do partido. O grupo dirigido por Liu e Deng Xiaoping, fortes no interior do PC, defende um caráter mais centralizado e vertical dos planos econômicos. Um segundo grupo ligado a Mao Tsé-tung e Lin Piao, privilegia iniciativas igualitárias e tem mais força dentro do Exército. A crise ganha uma dimensão nacional a partir de um incidente aparentemente menor. Em fevereiro de 1966, tentando agir a respeito de uma polêmica sobre o papel dos intelectuais, o Comitê Central do partido seguindo uma sugestão de Mao propõe a realização de uma Grande Revolução Cultural Proletária para desmascarar os “agentes da burguesia” infiltrados no partido. Tratava-se de uma mobilização 'controlada' e dirigida para a juventude. Mas a campanha foge do controle do partido e ganha dimensão de massas. Jovens formam o movimento dos “Guardas Vermelhos” e perseguem e ridicularizam os adversários de Mao. Outras organizações brotam agindo contra a burocracia do partido, como os “Rebeldes Operários” e os “Rebeldes Revolucionários” entre outros. Procurando o “agente burguês”, descobriram o “burocrata” do PC chinês. O antigo impulso pela livre democracia operária, sempre presente no socialismo, ganha novo alento e se choca com a burocracia do partido.

Entre os operários o movimento ganha uma dimensão mais intensa e se liga às suas reivindicações por aumento de salários e direção democrática e independente dos seus sindicatos. A Comuna de Xangai é proclamada em janeiro de 1967, inspirando-se abertamente na Comuna de Paris de 1871 – primeiro e efêmero governo operário da História – e propõe eleições diretas e sufrágio universal nas fábricas, escolas e bairros. Em Cantão, em junho de 1968, debate-se um manifesto inaugural da Comuna entre estudantes e operários onde se pode ler:

“Durante esse breve período da Tempestade Revolucionária de janeiro, operou-se uma transferência das mãos dos burocratas às da classe operária transbordante de entusiasmo. (...) Os privilégios e os salários elevados usufruídos por essa classe de capitalistas vermelhos baseavam-se na opressão e na exploração das amplas massas populares; deve-se derrubar essa classe para por em prática a Comuna Popular da China...”.

A direção do PC, alarmada com o movimento, decide intervir. Nesse momento comitês revolucionários se espalham pelo país e ameaçam a burocracia do partido que monopoliza o poder em nome dos trabalhadores que diz representar. Em um discurso Mao deixa claro a preocupação dos burocratas do partido com o surgimento de órgãos autônomos de democracia operária: *“A população de Xangai ama muito a Comuna Popular (...) é preciso que isso não apareça a partir de agora no Diário do Povo, porque senão todos vão querer se chamar Comuna Popular; todo o país vai querer adotar essa denominação”*.

Esse apelo e outros não foram suficientes. Foi preciso reprimir os trabalhadores e jovens por meio das forças armadas, esmagar a Comuna de Xangai, para então reunificar a burocracia. Mao se aproveita ainda da situação para isolar e afastar seus adversários. O partido esteve à beira de desaparecer no amplo movimento de massas pela democracia socialista. Em fevereiro de 1969 são criados então os Comitês da

tríplice aliança (PCC, EPL e massas) uma forma de enquadrar e controlar o movimento. Em muitas fábricas passam a coexistir três organismos: os grupos de gestão operária, comitês revolucionários e os comitês do partido (Bethelheim, 1979: 29) ⁵. Este último termina por sufocar a democracia operária que brotava desce a base do movimento. Por outro lado, muitos sindicatos desaparecem no processo da revolução cultural que se volta contra a burocracia após a repressão.

Uma das consequências da Revolução cultural foi o fortalecimento do exército em relação ao PC, e do poder ditatorial de Mao. Mas também demonstrara que a classe operária e a juventude tinham plena capacidade de tomar a iniciativa, mesmo contrariando o PC chinês e reatando com as tradições históricas internacionalistas de democracia socialista.

A abertura ou a restauração capitalista?

Ao lado da fraseologia socialista e radical que empolgou muitos intelectuais ocidentais e da esquerda antissoviética, deve-se constatar que os dirigentes do PC chinês se colocaram na prática, desde a década de 1960, ao lado da manutenção da ordem mundial. No entanto, essa postura ficou encoberta pela divisão mundial que ocorrera entre dos partidos comunistas, que refletiam as divergências entre URSS e China. Os conflitos com a URSS se aprofundaram na medida em que a busca de coexistência pacífica desta com os EUA se chocava com os dilemas concretos da construção da economia socialista na China. A própria revolução chinesa – que abarcava um quarto da população mundial – desequilibrava o cenário mundial, o que ajuda a explicar as ajudas limitadas da URSS à China. Mesmo o envio de técnicos soviéticos era pago em dólares e drenava divisas da China para a URSS. Esse é um dos motivos para se compreender porque desde 1960 as divergências entre os dois países cresciam. Em 1962 uma publicação do PC chinês chamou o líder soviético N. Kruchev de revisionista por estar – desde o ponto de vista dos dirigentes chineses - se desviando do socialismo. Nesse período a China começa a desenvolver uma política internacional independente principalmente em relação à URSS. Cria e populariza a “teoria dos três mundos” em que supostamente se colocava como liderança dos chamados países do “3º mundo” subdesenvolvido e em oposição ao “1º mundo” liderado pelos EUA e o “2º mundo” liderado pela URSS. Desde 1967 a China passa a chamar a URSS de estado social-imperialista e que a acusava de praticar uma política internacional contrária ao socialismo.

Muitos partidos comunistas em outros países se dividiram por conta desta disputa entre China e URSS. Porém, ao contrário do que poderia se supor, a política internacional chinesa não buscou ampliar a revolução socialista, longe disso. Seu objetivo passa a ser o de desenvolver uma diplomacia contra a URSS, disputando setores dentro dos partidos comunistas em vários países e muitas vezes buscando aliados sem qualquer identidade com o socialismo. Isso levará a situações extremamente paradoxais e contraditórias. Os

⁵ O autor tem uma veneração quase sagrada pelos rumos da revolução cultural. No entanto, apresenta dados, testemunhos de época e fontes importantes.

exemplos se multiplicam nesse período. Os maiores prejudicados foram os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda que buscavam se apoiar no exemplo da revolução chinesa para avançar. Em nome das disputas entre China e URSS os interesses concretos de lutas revolucionárias locais foram sendo sacrificados. Dessa maneira explicava-se porque as mobilizações operárias e revolucionárias na Indonésia em 1965 contra o ditador Sukarno sofreram obstáculos porque ele era apoiado pela China. Da mesma forma ocorreu em Bangladesh em 1971 uma pressão contra os movimentos revolucionários. E mesmo como obstáculo à revolução no Vietnã ao se colocar a favor da divisão do país no momento da intervenção imperialista dos EUA. Foi nessa perspectiva que a China aproximou-se dos EUA e reatou relações diplomáticas buscando isolar a URSS.

Nos inícios dos anos 1970 reapareceram choques entre diferentes frações da alta burocracia chinesa em um momento de desaparecimento de líderes históricos da revolução: Chou En-lai morre em janeiro de 1976 e em setembro é a vez de Mao. As lutas pela sucessão levam ao isolamento do antigo grupo de Mao – identificado com os excessos da revolução cultural - e a consolidação de Deng Xiaoping à frente do governo. Essa vitória implicará em uma maior abertura do país ao comércio com os EUA e ao abandono da política delirante de Mao de construir o socialismo isolado do mundo, em um país com níveis baixíssimos de desenvolvimento econômico. E isso, mesmo considerando-se os avanços gigantescos permitidos pela economia planificada em relação à economia de mercado. A planificação socialista da economia significava que a partir de então as principais decisões sobre os investimentos e as prioridades de desenvolvimento da economia não seriam decididos ao bel-prazer dos grandes proprietários capitalistas e de seus interesses individuais por ampliação das margens de lucro. O estado poderia concentrar esforços e recursos nas áreas e setores econômicos que do ponto de vista social e nacional fossem prioritários para o desenvolvimento. Por exemplo, a construção de uma grande usina hidrelétrica mesmo não sendo viável para dar lucros a um capitalista, seria absolutamente necessária para fornecer eletricidade para milhões de famílias sem acesso à luz elétrica.

Por outro lado, muito embora o planejamento econômico socialista tenha acelerado a construção de uma poderosa infraestrutura ao país (usinas elétricas, estradas e ferrovias, fábricas), isso não permitia superar o atraso tecnológico e técnico que décadas de controle das grandes economias capitalistas havia imposto ao país. De fato, aceitar o isolamento econômico do socialismo na China significava dar as costas ao esforço para ampliar o socialismo para outros países. Mas o principal problema seria ignorar que a economia de mercado mundial era e é uma realidade da qual nenhum país poderia escapar impunemente. Mesmo grandes economias socialistas como a chinesa e a soviética nesse período continuavam sob pressão permanente do mercado mundial dominado pelas economias capitalistas mais avançadas tecnologicamente e, portanto, mais produtivas. Essa “pressão” se revelava na capacidade de produzir produtos melhores, mais baratos e mais rapidamente que as economias socialistas. O capitalismo se desenvolvera historicamente concentrando recursos econômicos e conhecimentos nos países centrais da Europa e nos EUA e Japão desde o século XIX e ao mesmo tempo sugando recursos e empobrecendo a periferia do mundo. Isso permite

compreender porque as conquistas tecnológicas e culturais não representariam o esforço apenas de alguns países ou de alguns capitalistas isolados e geniais, mas o resultado do trabalho de toda a humanidade ao longo de séculos de desenvolvimento das ciências e da cultura. Toneladas de prata e ouro arrancados por mãos escravas de índios e negros escravizados nas Américas e África, por exemplo, se transformaram em palácios, em universidades, em condições de vida e recursos culturais invejáveis para uma minoria privilegiada de europeus. Isso explicava a dianteira dos países centrais do capitalismo no século XX. Dessa forma, seria um contrassenso traçar paralelos e comparações absolutas entre os dois sistemas econômicos – capitalismo e socialismo - sem se levar em consideração essa trajetória histórica.

A perspectiva de uma falsa competição entre os dois sistemas criou, porém, obstáculos intransponíveis para as economias socialistas que partiam de regiões atrasadas economicamente, periféricas e a margem dos grandes avanços tecnológicos. Sem o compartilhamento do que havia de mais avançado no desenvolvimento tecnológico e cultural da humanidade, que exigiria que o socialismo também avançasse para as economias centrais - o crescimento das economias socialistas esbarraria cedo ou tarde em obstáculos estruturais intransponíveis e em desequilíbrios internos crescentes ao seu pleno desenvolvimento. Por exemplo, na URSS da década de 1960 havia uma economia capaz de enviar homens ao espaço e lançar satélites e ao mesmo tempo incapaz de oferecer em quantidade e qualidade produtos básicos de consumo para sua população como pequenos eletrodomésticos. A possibilidade de avanços da economia planificada socialista exigiria constantes enfrentamentos com os países capitalistas, apoios reais a processos revolucionários em outros países e a constante mobilização política e revolucionária de seus próprios habitantes. No entanto, essa disposição não estava no horizonte dos dirigentes chineses de então muito menos da URSS. A ausência de democracia operária e a renúncia à ampliação da revolução socialista como perspectiva estratégica, a defesa de privilégios econômicos pelas cúpulas dirigentes da alta burocracia, terminaram por facilitar uma aproximação e maior conciliação com os interesses do mercado mundial capitalista como saída para os impasses econômicos da economia socialista.

No final de 1978 Deng Xiaoping lançou uma política de reformas e abertura econômica traduzida em 1980 na criação de “quatro zonas econômicas especiais”. No ano seguinte ele reprimiu os jovens militantes comunistas da chamada “Primavera de Pequim” que se chocaram com suas propostas. Vários líderes são presos como Wei Jing Seng, Liu Quing, Xu Wenli e Wang Xizhe. As reformas capitaneadas por Deng Xiaoping refletem-se em uma série de medidas econômicas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, abertura para o capital estrangeiro, construção das ZEEs (zonas econômicas especiais) que permitem o funcionamento de empresas capitalistas. Inicialmente foram criadas quatro zonas especiais. Aí se constituíam as chamadas “joint-ventures” (empresas de gestão conjunta) ou empresas controladas completamente pelos capitais estrangeiros. (Os capitalistas construíram nelas suas próprias fábricas, organizando o trabalho dos operários chineses), que ganhavam muito menos que operários do Ocidente, segundo suas próprias leis. Com isso conseguiam baratear a produção e exportar com altas taxas de lucro. Essas empresas receberam incentivos generosos do governo chinês e condições privilegiadas no plano fiscal

com isenções ou redução de impostos.

A partir de 1984 a criação das ZEEs se ampliou por toda a China. Nesse período as exportações dos EUA para a China se multiplicam por 3,8 em dez anos. Grandes fundos de investimento dos EUA, Japão e Hong Kong fizeram importantes apostas nesses negócios, mas com grande interesse por projetos de construção (hotéis e residências) e bem menos em projetos industriais. Os informes oficiais do governo chinês dessa época indicavam que os interesses dos capitalistas estavam concentrados principalmente em áreas não produtivas e que não envolvessem transferências tecnológicas significativas. A mudança posterior do perfil dos investimentos externos no país exigiria sempre um número cada vez maior de concessões ao mercado e um distanciamento das formas de funcionamento de uma economia planificada socialista.

Essas medidas provocaram um longo e ainda interminável debate sobre o alcance e profundidade das medidas em relação ao antigo projeto socialista da revolução. Certo número de pesquisadores têm caracterizado as mudanças chinesas como uma via de restauração capitalista, ainda que sob domínio do partido comunista. Alguns destacam a maior rigidez do controle da burocracia partidária em detrimento participação atuante dos trabalhadores no processo produtivo e em suas decisões. Por outro lado, outros grupos de analistas favoráveis às medidas buscam justificar a introdução de critérios de mercado, de competição e integração financeira internacional como uma forma de recuo tático do projeto socialista, ainda que sob um regime de propriedade social e não privada. De fato, vários novos regulamentos até 1988 ampliaram os mecanismos da economia de mercado, provocando demissões maciças em empresas do estado e uma reação popular de características revolucionárias nesse período como veremos a frente. Como consequência direta das políticas de abertura comercial na década de 1980 aumentou o desemprego, elevação de preços e corrupção. As consequências políticas da abertura comercial se fizeram sentir em meados da década de 1980, muito embora as resistências sociais e políticas já se fizessem sentir antes.

A comuna de Pequim e o massacre da Praça Paz Celestial em 1989

Se a comuna de Pequim representava a continuidade de muitos dos ideais da revolução de 1948, o evento que ficou conhecido como Massacre da Praça Paz Celestial expressou as profundas contradições dessa mesma revolução. Os acontecimentos que se produziram na China entre 15 de abril e 6 de junho de 1989 marcaram um novo momento da história recente do país. As reformas econômicas para facilitar a abertura da economia ao mercado que foram capitaneadas pela cúpula dirigente chinesa se chocavam de maneira crescente com as profundas aspirações populares por maiores direitos sociais. Já em 1986 ocorreram importantes manifestações estudantis e que foram rapidamente reprimidas. Greves operárias também se multiplicaram ocorrendo apenas no ano de 1987 cerca de 97 importantes paralisações e mais de 100 greves no ano de 1988. Também se multiplicaram incidentes com camponeses que se recusavam a pagar impostos ou vender seus produtos a preços baixos. Em junho de 1988 ocorreu em Pequim uma nova mobilização de estudantes contra a repressão apoiados por intelectuais e que reivindicava direitos iguais.

Vários conflitos e campanhas políticas se desenvolviam e se combinavam nesse momento. Intelectuais dissidentes e membros da cúpula do partido comunista discordavam dos rumos então seguidos pelas reformas. Alguns defendiam maiores liberdades democráticas como de imprensa sem, no entanto, se contraporem diretamente às reformas econômicas. Uma reivindicação comum exigia a libertação dos prisioneiros da Primavera de Pequim de 1979 como os líderes Wei Jing Seng que já cumprira dez anos de prisão. O ano de 1989 colhe estas mobilizações que se ampliavam em um ambiente de crescentes contradições sociais e econômicas. É o ano também de aniversário do movimento de renascimento nacional chinês de 4 de maio de 1919 e do bicentenário da revolução francesa de 1789.

Em março de 1989 se reuniu a sessão do Congresso Nacional do Povo, um parlamento composto então por 2.688 deputados e que se reunia anualmente para ratificar as decisões do governo. Perante esse congresso o primeiro-ministro Li Peng reconhecia que havia dificuldades econômicas, mas reafirmou os planos para abrir a economia para as forças de mercado, os incentivos aos negócios e as reformas de caráter capitalista. As diferenças entre a burocracia dirigente se expressavam não sobre a necessidade ou não dessas reformas, mas sobre seus ritmos e os problemas entre o poder central e os poderes locais nas províncias do imenso país. A crise fez-se sentir mesmo nesse congresso tão controlado. Foi aprovada uma moção que “proibia os filhos dos altos dirigentes de se lançarem aos negócios...”. Outra moção condenava a corrida aos negócios “em todos os níveis a começar pelo conselho de Estado”. No dia do encerramento do congresso em 4 de abril foi aprovado um texto que autorizava a criação de uma Zona Econômica Especial na cidade de Shenzhen com uma série de privilégios econômicos, mas com 274 votos contra e 805 abstenções (Le Monde, 6 de abril de 1989). Isso era de fato o sinal de que mesmo na cúpula dirigente do país começava a se manifestar um mal estar e crise que já crescia na China mais profunda.

No dia 15 de abril morreu o antigo secretário-geral do partido comunista, Hu Yaobang, que ficara conhecido como “amigo da democracia” ao se opor a repressão aos estudantes em 1986. Ele fora afastado da direção do partido por isso, mas se tornou um símbolo da defesa da democracia socialista. Seu nome foi lembrado pelos estudantes e no dia seguinte um movimento da universidade de Beida, próxima a Pequim, exigiu que ele fosse “reabilitado”. O luto pela morte do dirigente serviu como catalisador do movimento de estudantes para se exigir cada vez mais abertamente a ampliação da democracia. No dia 17 de abril ocorre a primeira passeata em direção ao centro de Pequim com mais de seis mil jovens. Os funerais de Hu motivam a mobilização e faixas o exaltavam, mas também surgem palavras-de-ordem gritadas pela multidão como “Viva a Democracia”, “Legalidade e Liberdade” e “Abaixo a corrupção e a burocracia”. A polícia não os reprime. Muitos desses estudantes, como em geral os universitários do país, provém de setores mais privilegiados, filhos de intelectuais e de dirigentes do partido. São os futuros quadros profissionais, técnicos e políticos do país, absolutamente necessários para o desenvolvimento econômico e a modernização. É um setor da população que recebe das autoridades uma tolerância maior, o que não se verificava em geral com as mobilizações protagonizadas de forma independente pelos trabalhadores.

A partir do dia 18 de abril as passeatas são cada vez mais engrossadas por estudantes de outras

universidades. Um estudante discursa em nome dos manifestantes e exige a reabilitação de Hu Yaobang e a demissão do governo (agência AFP, 18/abril/1989). Palavras de ordem são intercaladas com o hino socialista “A Internacional”. Os incidentes se multiplicam e na madrugada de 18 para 19 de abril dez mil estudantes fazem uma manifestação no bairro residencial onde moram os dirigentes do PC gritando: “democracia, abaixo a ditadura, abaixo a burocracia, abaixo a corrupção, abaixo os privilégios”. Milhares de manifestantes se juntam no centro de Pequim e o movimento dos estudantes se espalha para a outra grande cidade de Xangai. A polícia começa a reprimir os manifestantes, tira fotos e filma os estudantes como forma de intimidá-los. E o risco é real: mesmo não sendo preso um determinado estudante, seu futuro pode ser comprometido, sua família, as possibilidades de empregos, a carreira etc. As passeatas ao tomarem as ruas das grandes cidades começam a ganhar as simpatias da população, ainda que num primeiro momento sem uma participação direta das camadas trabalhadoras. Esse apoio difuso e cada vez mais intenso fortalece um movimento de características crescentemente populares. De fato existe uma revolta crescente com a situação econômica que se aprofunda com as desigualdades sociais, o nepotismo e a corrupção crescentes nas cúpulas dirigentes. Não é por outro motivo que a corrupção e a democracia se tornam os principais alvos iniciais dos jovens manifestantes. Os estudantes divulgaram uma carta aberta onde se lia: “Nos 70 anos depois do 4 de maio de 1919, o nosso país é sempre pobre e dirigido por lobos” (Le Monde, 20 de abril de 1989).

Na sexta-feira dia 21 de abril uma nova manifestação com mais de 200 mil se reúne em Pequim. Aos gritos de “Tremei corruptos, o povo se levanta” e cantando “A Internacional”, centenas de milhares de jovens e trabalhadores ocupam a Praça Paz Celestial. Faixas destacam as palavras-de-ordem “Ser patriota não é crime” e “Respeito aos direitos humanos”. A multidão permanece e ocupa a praça. Nos dias seguintes o movimento se aprofunda. Nos dias 23 e 24 é criada na universidade de Quinhua a Associação Independente dos Estudantes. Representantes de 19 universidades chamam uma greve geral das universidades de todo o país até o atendimento das reivindicações: punição aos responsáveis pelas violências policiais, o fim da repressão aos movimentos, liberdade de imprensa, transparência dos rendimentos dos dirigentes e suas famílias. Ao se voltar contra o poder dos governantes e denunciar particularmente Deng Xiao Ping e Li Peng, o movimento se colocava diretamente contra os dirigentes das reformas econômicas de mercado. Esse fato sensibiliza e atrai de maneira crescente novos setores e camadas populares a se envolverem cada vez mais com as reivindicações dos estudantes e destacarem suas próprias demandas como aumento de salários, controle da inflação e democracia. Nos primeiros dias os trabalhadores apoiaram com prudência os movimentos, mas essa postura se modificará nos dias seguintes. Uma carta divulgada em Hong Kong (nessa época uma cidade ainda autônoma) por uma Associação de Operários de Pequim expressava esse momento:

“Atualmente as condições de vida dos povos de toda a China tornaram-se insuportáveis. A burocracia já nos governa há muito tempo, acarretando a inflação e o rebaixamento sistemático do nível de vida do povo. Os governantes pediram aos operários que apoiassem massivamente os empréstimos ao Estado com prazo de 10 anos e eles agora

gastam esse dinheiro de qualquer maneira. Exigimos que todas as camadas sociais da cidade de Pequim se unam para lutar pela verdade e pela esperança. Irmãos policiais, irmãos soldados, venham para o lado do povo, o lado da verdade! Não se tornem instrumentos contra o povo: vocês também são oprimidos!

O povo, que jamais se esquece de suas dívidas, não se esquecerá dos carrascos de 20 de abril e 4 de maio. Exigimos o aumento dos salários, o controle da inflação, bem como a divulgação geral dos rendimentos dos grandes dirigentes e de seus filhos. “Os operários da cidade de Pequim e todas as camadas apoiam a luta justa dos estudantes de toda a China.” (October Review, Hong Kong, 20 de abril de 1989).

Em 27 de abril e em 4 de maio ocorrem gigantescas manifestações exigindo negociação com o governo. No dia 27 mais de 500 mil pessoas se manifestam em Pequim a partir de um chamamento do “comitê organizador” da Associação Estudantil. O que mais incomodava o governo era o caráter absolutamente independente do movimento, que organizava, deliberava e decidia fora das engrenagens oficiais do partido e do estado. Os cerca de 10 mil estudantes que deixam o campus da universidade de Beida percorrem 20 quilômetros até a Praça Paz Celestial e dezenas de milhares se juntam a eles para chegarem às centenas de milhares no final da tarde. O governo é obrigado a abrir negociações com o movimento, mas sem reconhecer a entidade independente dos estudantes. Uma nova manifestação agora de caráter nacional é marcada para o dia 4 de maio. A grande mudança agora é que o movimento ocorre em mais de dez das grandes cidades da China e em sua composição agora predominam os trabalhadores mais que os próprios estudantes.

A abertura de negociações pelo governo faz os delegados estudantis decidirem pela volta às aulas no dia 6 de maio, mas o movimento se frustra rapidamente. No dia 13 de maio mais de mil estudantes decidem iniciar uma greve de fome exigindo “um verdadeiro diálogo” por parte do governo. Na noite do dia 14 vários milhares de habitantes de Pequim se juntam aos estudantes na Praça Paz Celestial. Mais de 300 mil se apertam em torno dos grevistas e cantam a Internacional. A TV filma os primeiros desmaios de estudantes em greve de fome que são transportados aos hospitais. A China volta seus olhos para a praça e o movimento cresce. No dia 18 de maio mais de um milhão de chineses se manifestam na capital e as manifestações se espalham por mais de vinte grandes cidades do país. Passeatas são organizadas a partir dos setores de trabalhadores e seus locais de trabalho (as Danwei). Dezenas de milhares de operários se manifestam vindo em caminhões, ônibus, batendo seus bumbos, tambores, agitando bandeiras vermelhas, levando símbolos dos antigos dirigentes da revolução chinesa como Mao Tsé-tung e Chu En Lai (jornal Liberation, 17 a 19 de maio de 1989). A comuna de Pequim está nas ruas, um poder de jovens estudantes e trabalhadores que retomavam em palavras e atitudes a revolução de 1949 e desafiavam abertamente o poder encastelado dos dirigentes do esclerosado partido comunista chinês. No dia 19 várias fábricas entram em greve em Pequim Xangai e Cantão.

O líder Deng Xiaoping decreta a Lei Marcial no dia 20 de maio e declara: “*temos que cortar pela raiz com uma faca bem afiada*”. Para o regime era fundamental demonstrar as forças de mercado que procurava atrair que possuía pleno controle do país. Isso significava impedir que a experiência de

organização independente e democrática de estudantes e categorias de trabalhadores pudesse prosperar livremente por fora dos canais oficiais. Nas primeiras tentativas de esmagar o movimento as tropas não conseguem reprimir o povo e são dissolvidas pela mobilização popular. Novas unidades militares de fora da capital e utilizando armamento pesado são deslocadas para Pequim. Na Praça Paz Celestial são erguidas barricadas pelos manifestantes. Na noite de 3 para 4 de junho o Exército intervém e abre fogo contra os estudantes. Caminhões e carros blindados cruzam a praça e atiram contra centenas de estudantes. A violência se espalha pela cidade e diversos incidentes ocorrem entre militares e a população no dia 5 de maio. Milhares de mortos são contabilizados. Em diversas cidades do país houve manifestações igualmente reprimidas com brutalidade. No dia 6 de maio começam as prisões dos líderes sobreviventes. Os primeiros condenados à morte foram executados no dia 21 de junho de 1989 como os operários de Xangai chamados Xie Hanwu e Yan Xuerong. No dia 22 outros trabalhadores de Pequim foram executados e as condenações prosseguiram. O movimento revolucionário que buscava manter viva a revolução de 1949 e se opunha a muitas das medidas de restauração do capitalismo foi esmagado implacavelmente. Apegados ao seu poder e comprometidos com a volta da economia de mercado, os dirigentes não tiveram outro recurso que declarar guerra ao povo chinês. Na sua origem estava uma profunda resistência popular contra o desmantelamento das empresas estatais em vias de privatização, o descontrole de preços, as ameaças aos empregos e patrocinadas pelos dirigentes do próprio Partido Comunista.

Na verdade, a permanência da propriedade social e da economia planificada, com as centenas de milhares de operários a ela ligados, constituía ainda o elo histórico com a revolução de 1949 e o principal obstáculo a uma eventual total restauração capitalista na China. Da mesma forma, nos campos agrícolas a permanência da propriedade coletiva, embora crescentemente flexibilizada por várias tentativas mesmo que tímida de privatização da terra ainda permanecia como obstáculo ao mercado. A resistência dos camponeses mantendo a propriedade coletiva da terra se opõe desde então à intenção dos dirigentes de abrir espaço para a plena restauração capitalista. O massacre de 1989 tentou mais uma vez destruir essa resistência.

A China na Organização Mundial do Comércio: o socialismo sobreviverá?

Atualmente (2016) a China financia o gigantesco endividamento público dos Estados Unidos com o sangue e suor de milhões de operários reduzidos a brutais condições de exploração. Na verdade os dirigentes da China estão hoje sob a dependência dos Estados Unidos, permitindo cada vez mais que sua nação e sua economia sejam incorporadas ao mercado mundial. Isso traz crescentes tensões econômicas, sociais e políticas para o país. Trata-se de fato de uma aliança entre as grandes multinacionais, particularmente dos EUA, com as cúpulas dirigentes da China para superexplorar os trabalhadores chineses privados de liberdades democráticas fundamentais. Esse processo se acelerou particularmente após o acordo fechado entre EUA e China em 2000 e a entrada desta na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 11 de setembro de 2001.

Embora a economia chinesa cresça rapidamente, representa cerca de um quarto da produção dos EUA, que tem uma produtividade quinze vezes maior. O que cresceu muito na China foi seu setor exportador no qual mais de 60 % das empresas são estrangeiras e buscam se aproveitar da mão-de-obra extremamente barata. Como escreveu a redatora-chefe da revista Forbes em julho de 2007: “*Quando a China exporta um par de sapatos a Us\$100, não mais que Us\$15 ficam na China sob a forma de salários aos operários, de transporte e outros. São as empresas estadunidenses que ficam com o restante* (Revista Forbes, julho de 2007, “Made by America in China”).”. Na verdade são empresas parasitas dos trabalhadores chineses utilizando baixa tecnologia muitas vezes. Em 2009 a China superou os EUA em volume de produção manufatureira, mas são necessários em média oito vezes mais empregados na China para produzir um mesmo produto que nos EUA (15 de abril de 2011, agência de análise econômica Xerfi, revista La Verité, 74, set, 2012.). De fato não existe um “socialismo de mercado à la chinesa” como querem fazer crer alguns autores.

A pressão dos EUA para que a China abra mais seu mercado e permita plena liberdade para as empresas esbarra nas conquistas históricas da revolução de 1949. Mas o processo de abertura ao capitalismo e suas leis segue avançando, ainda que sem se consolidar. De 1995 a 2002 o número de empresas estatais no setor industrial caiu de 77,6 mil para 42 mil. E entre 1995 e 2004 o número de empregados urbanos em empresas estatais, coletivas e de propriedade limitada passou de 147 milhões para 97 milhões. Cerca de 87% do fechamento de empresas estatais no setor industrial entre 1998 e 2003 ocorreram nos níveis de prefeituras e distritos Sean Dougherty, seminário CEPPII, 2005-2006, in revista La Verité 74, set 2012.). Por outro lado, o setor estatal está mais concentrado e o total de ativos das empresas estatais passou de 3 trilhões para 20 trilhões de yuanes entre 2003 e 2010 (China Leadership Monitor, 34, 2011). Ou seja, apesar da enorme pressão do mercado mundial, e que fez aprovar uma Lei Antimonopólios pelo governo chinês, setores chaves da economia chinesa ainda permanecem com o Estado, como petróleo, petroquímica, exploração mineral, bancos, seguros, telecomunicações, aço, eletricidade, transportes, saúde, educação (Le Monde, suplemento “O século chinês”, out-nov 2011).

Conclusões

A burocracia dirigente parece pretender manter o controle do Estado e ao mesmo tempo servir aos interesse do mercado mundial, o que provavelmente exija o desmantelamento desse mesmo Estado: dois objetivos irreconciliáveis. Para defender esse patrimônio construído pela revolução de 1949 é que a classe operária chinesa se choca com a penetração de empresas imperialistas, mas também com a burocracia detentora do poder. As privatizações vêm sendo respondidas com gigantescas greves nas cidades e no campo, o que divide a burocracia chinesa disposta a restaurar o capitalismo para se apropriar da propriedade social. Na antiga URSS a maior parte da burocracia dirigente do antigo partido comunista saqueou o país e suas empresas estatais, dando origem a uma economia mafiosa longe do suposto livre mercado. Na China,

porém, um exemplo significativo de resistência operária contra o capitalismo, entre inúmeros outros, ocorreu em 2009 na província de Henan quando o governo tentou privatizar a siderúrgica estatal. É importante registrar que desde 1992 o direito de greve não consta mais na Constituição do país e os únicos sindicatos permitidos são aqueles controlados pelo PC. Os trabalhadores tomaram como refém o diretor da administração e as autoridades tiveram que recuar. E na cidade de Tonghua a grande siderúrgica construída por ex-soldados da guerra da Coreia e emprego dos seus filhos e netos, também iria ser privatizada. No dia 24 de julho de 2009 milhares de trabalhadores, aposentados e familiares se mobilizaram para defender quase 35 mil empregos. Mais uma vez o governo recuou. Esses e outros movimentos semelhantes na China atual expressam em seu conteúdo mais profundo a permanência da memória e da histórica viva da revolução de 1949 entre o povo chinês.

Referências:

- Bethelheim, Charles. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- Bianco, Lucien. *Ásia Contemporânea*. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- Buchioni, Enio e Marie, Elisabeth. *China x Vietnã, revolução chinesa e indochinesa*, São Paulo: Versus, 1979.
- Chesneaux, Jean. *A Ásia oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. *Le mouvement paysan chinois (1840-1949)*, Paris: Seuil, 1976.
- Coggiola, Osvaldo. *A revolução chinesa*, São Paulo: Moderna, 1985.
- Davis, Mike. *Holocaustos coloniais*, São Paulo: Record, 2002.
- Dubarbier, Georges. *Histoire de la Chine moderne*, Paris: Presses univ. de France, 1949.
- Haesbaert, Rogério. *China: entre o Ocidente e o Oriente*. São Paulo: Ática, 1994.
- MacFarquhar, Roderick (ed.). *The Cambridge History of China*, vol. 14, New York: Cambridge univ. Press, 1995.
- Mao, Tse-Tung. *Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. 4 vols.
- Marie, Jean-Jacques. *Stálin*, São Paulo: Babel, 2011.
- Mezzetti, Fernando. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Brasília: ed. UnB, 2000.
- Morton, W. Scott. *China: história e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- Pedrosa, Mário. *A opção brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.
- Pomar, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: ed. UNESP, 2003.
- Segrillo, Ângelo. *Ásia e Europa em Comparação Histórica: o debate entre eurocentrismo e asiacentrismo na história econômica comparada de Ásia e Europa*. Curitiba: Prismas, 2014.
- Spence, Jonathan D. *Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Trotsky, Leon. *La Internacional comunista despues de Lénin*, La Paz: Biblioteca socialista, 14, 1993.